

Governo avalia situação

Kido Guerra

Recessão, sim ou não? Quarenta dias após o lançamento do Plano Verão — recessivo, em sua essência —, a questão começa a ser levantada pelo governo, por institutos de pesquisa econômica e análises de conjuntura, que, no entanto, ainda não se arriscam a apresentar uma resposta conclusiva. Não apenas pela falta de resultados definitivos em relação ao desempenho da indústria mas, principalmente, pela intensa contradição dos dados até então disponíveis e que apenas demonstra um fato: a recessão parece estar se delineando gradualmente, mas, se configurada, será heterogênea, atingindo os diversos setores da economia de forma desigual.

“O governo vai esperar mais umas duas semanas observando o comportamento do mercado e aguardando uma definição do quadro econômico para chegar a alguma conclusão”, diz um graduado assessor do Ministério da Fazenda.

“Existe recessão desde setembro, quando as taxas de crescimento da indústria voltaram a ser negativas, diante das incertezas e dos riscos de uma hiperinflação”, observa o economista Luís Paulo Vellozo Lucas, superintendente interino da Área de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, acrescentando: “O Plano Verão traz elementos inibidores do nível de atividade econômica e induz a uma certa paralisação, que até poderia agravar o desempenho da economia. Mas ainda não é possível medir esse impacto.”

Contradições — Em janeiro, o volume de consumo de combustíveis — que é um bom indicador do desempenho econômico, atingiu, segundo a Petrobrás, a média diária de 984 mil 300 barris, o que representa uma queda de 13,8% em relação a dezembro, enquanto o consumo de óleo diesel apresentou uma queda de 20,2%, no mesmo período. Para fevereiro, as previsões são de uma redução ainda maior da demanda, embora a Petrobrás ainda não diagnostique essas reduções como indícios de recessão.

Outro indicador importante do nível da atividade industrial, o consumo de energia elétrica, também revela sinais de retração, pelo menos na região Sudeste. Em janeiro, o consumo de energia na região cresceu apenas 0,8% em relação a janeiro de 1988, um nível considerado “muito baixo” pelo diretor do Departamento de Mercado da Eletrobrás, Frederico Gomes. Ele ressalva, porém, que o

resultado de um mês é pouco representativo para se definir com segurança uma tendência de médio prazo e não chega a refletir, necessariamente, os efeitos do Plano Verão.

Esse mesmo indicador apresenta contradições interessantes: o pequeno crescimento do consumo no Sudeste se contrapõe a uma ampliação de 6,8% na região Sul e de 9% no Nordeste embora, nessa região, a justificativa é de que a base de comparação é muito baixa: em janeiro do ano passado, a região estava sob um severo racionamento de energia elétrica.

Enquanto as vendas no comércio paulista apresentaram um crescimento, no mês passado, de cerca de 20%, comparado a dezembro, a arrecadação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) no Estado do Rio caiu 30,74% em relação em janeiro de 1988 — um desempenho atribuído, pela Secretaria de Fazenda, em função de acentuada queda da atividade comercial após o lançamento do Plano Verão.

Pesquisa promovida entre os dias 10 e 15 de fevereiro pela Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupecme) revela que para 85% das indústrias consultadas as vendas pioraram nas primeiras quatro semanas de vigência do Plano Verão. Das 180 empresas consultadas, na indústria e no comércio, nenhuma melhorou suas vendas.

Já o saldo da balança comercial, em janeiro, apresentou um resultado atípico e surpreendente até para o governo: um superávit de US\$ 1 bilhão 611 milhões, que representa um incremento de 53,8% em relação a janeiro de 1988.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede oficialmente o desempenho da economia, ainda não fechou os dados relativos a janeiro, mas uma nova queda da produção industrial é esperada, assim como uma elevação da taxa de desemprego.

Em meio a tantas indefinições, dados concretos do BNDES — o maior financiador de projetos para a indústria — relativos a janeiro revelam, no mínimo, a existência de uma perplexidade e incerteza em relação ao futuro a médio prazo. Em relação a janeiro do ano passado, as consultas recebidas pelo banco, para a realização de novos projetos, diminuíram 49%. No setor público, a queda foi brutal: praticamente 100%. Indícios claros de um quase imobilismo, configurando um quadro que, se persistir, poderá reduzir a níveis inferiores aos atuais 17% do Produto Interno Bruto a taxa de novos investimentos na economia.